

## ARTES

# Anatel libera prédio para museu

A concretização do espaço cultural em Mogi agora depende apenas de entendimento entre a Prefeitura e a Vivo



Anatel declarou que não há empecilho para a transformação do prédio da Vivo em Museu

O superintendente de Controle de Obrigações da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Roberto Pinto Martins, declarou que não há qualquer empecilho para a transformação do prédio ocupado pela Vivo, no centro de Mogi, em Museu de Artes de Mogi (MAM). A manifestação responde ao pedido do deputado federal Junji Abe (PSD-SP), apresentado em abril último.

“A concretização do espaço cultural, reivindicado pela comunidade artística, passa a depender, exclusivamente, de um entendimento entre a Prefeitura e a Vivo, dona do imóvel. Da parte da Anatel, não exis-

te impedimento”, observou Junji. O deputado esclareceu que a consulta à agência se deu em função de o prédio estar vinculado à concessão para Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

Com a pretendida mudança do foco da utilização do imóvel, completou Junji, tornou-se necessário obter da Anatel a confirmação de que a iniciativa não viola a legislação.

“Logo, havendo acordo entre a Vivo e a administração municipal, o MAM pode começar a funcionar. Mesmo antes dos procedimentos de concessão, nada impede que o prédio já acolha alguns eventos cultu-

rais”, assinalou.

De acordo com a declaração da Anatel, recebida por Junji ontem, “a exploração do espaço eventualmente disponível em instalações vinculadas à concessão do STFC, desde que não causando qualquer prejuízo à prestação do serviço concedido, não possui qualquer vedação no normativo vigente”.

O assunto foi levado por Junji à Anatel durante audiência realizada em abril deste ano. O deputado procurou a agência, sensibilizado com a mobilização da sociedade mogiana e atendendo pedido do prefeito Marco Bertaioli (PSD). Na ocasião, Junji expôs ao superintendente que o prédio em questão pertencia, originalmente, a uma companhia telefônica de abrangência regional e foi repassado à multinacional Telefonica, hoje Vivo.

## Resposta sobre o caso do prédio do museu foi enviada ao deputado Junji

Os avanços tecnológicos registrados no setor acabaram por descartar o uso do referido imóvel. “Tanto, que não existe, instalado e em funcionamento no local, qualquer equipamento de telecomunicação livre da condição de obsolescência”, frisou e relatou que o planejamento de curto, médio e longo prazo da operadora não contempla a utilização do espaço.

Ao mesmo tempo, prosseguiu Junji, “o imóvel ocioso da Vivo, na área central da Cidade, em local de fácil acesso, é de extrema importância para a população que deseja um Museu de Artes no local”. A Prefeitura está disposta a prover as adequações necessárias e só precisa ter o direito de utilizar o prédio, como argumentou ele, ao evidenciar o movimento da classe artística em favor do projeto que tem o condão de difundir e popularizar as manifestações artísticas. Segundo o deputado, sem obstáculos por parte da Anatel, a ideia poderá evoluir, contemplando todos os segmentos artístico-culturais na ocupação do espaço.